

Câmara Municipal de Tomar

DELIBERAÇÃO
(590/ENTE/DAJA/2026)

**ASSUNTO: SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE TOMAR –
PRIMEIRO SEMESTRE DE 2025**

Foi presente, para conhecimento, a informação prestada pelo auditor externo sobre a situação económica e financeira do Município de Tomar relativa ao primeiro semestre do ano transato, em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

A Câmara tomou conhecimento.

Tomar, 9 de fevereiro de 2026

Seguimento:

- DF p/ os devidos efeitos

O Presidente da Câmara


Tiago Carrão

A Coordenadora Técnica


Avelina Leal

INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA SEMESTRAL

DO MUNÍCIPIO DE TOMAR

1º Semestre 2025

Índice

1. Introdução.....	3
2. Âmbito da ação fiscalizadora	3
3. Situação económica e financeira	3
3.1 Observações.....	3
3.2 Execução Orçamental	5
3.3 Execução GOP	9
3.4 Resultados	10
3.5 Situação patrimonial	16
3.6 Dívida Bruta	20
4. Conclusões e considerações finais	22
5. Anexos.....	23

INFORMAÇÃO

1. Introdução

Em conformidade com o disposto na alínea d), n.º 2 do art.º 77.º da Lei N.º 73/2013 de 3 de setembro (Lei de Finanças Locais), apresentamos informação sobre a situação económica e financeira do **Município de Tomar**, relativa ao 1º semestre/2025.

2. Âmbito da ação fiscalizadora

As ações de acompanhamento da atividade do município, de fiscalização da gestão, bem como do cumprimento das normas legais e estatutárias, foram exercidas na qualidade de Revisor Oficial de Contas.

3. Situação económica e financeira

3.1 Observações

De salientar que estes resultados intercalares têm um carácter provisório, face à existência de custos registados na parte final dos exercícios que respeitam a todo o ano, sendo difícil a sua previsão e especialização.

Ao nível da comparabilidade, a mesma está afetada pelo facto de a 30/06/2025, à data da preparação do presente relatório, estarem disponíveis dados da Tejo Ambiente para aplicação simplificada do MEP, enquanto no relatório semestral de 2024 não estavam disponíveis dados. Situação que será desenvolvida no ponto 3.4 - Desempenho relacionadas com as principais participadas e outras situações. Em termos orçamentais neste semestre, e contrariamente ao ocorrido no período homólogo, foi possível fazer a integração/utilização de saldo de gerência.

À semelhança dos anos anteriores, o Município de Tomar optou por manter, pelo menos, mais o ano de 2025, o regime de cálculo e processamento das amortizações e depreciações dos ativos fixos e propriedades de investimento no regime de cálculo anual. Desta forma as amortizações e depreciações registadas em 30/06/2025 correspondem a sensivelmente 50% do valor total que foi processado no ano de 2024.

Apesar de já ter estado previsto anteriormente o arranque com a introdução no respetivo módulo do programa AIRC dos subsídios ao investimento, que atualmente são controlados por ficheiros de folhas de cálculo, tal ainda não ocorreu. Recomenda-se que assim que possível se proceda, pelo menos, ao registo dos subsídios mais recentes, procurando que os “novos” que torem sendo passados a firme sejam logo introduzidos na aplicação e depois ir efetuando a introdução dos mais antigos conforme forem sendo analisados, deixando de ser efetuado o seu controlo através de folha de cálculo.

Dado que a demonstração de resultados pretende medir o desempenho da entidade em termos comparativos, efetuou-se o comparativo entre este 1º semestre de 2025 e o do período homólogo (1º semestre de 2024).

Em termos orçamentais, prepararam-se os comparativos da execução orçamental e das grandes opções do plano entre a execução do 1º semestre de 2025 com a execução efetiva dos mesmo no 1º semestre de 2024.

Ao nível do balanço a comparação é feita entre o balanço do período, com o balanço do último exercício aprovado (31/12/2024), pois as variações são as decorrentes do período em análise.

As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos do Município.

3.2 Execução Orçamental

No que respeita à execução orçamental, constatou-se que o município registou, no 1º semestre, os seguintes graus de realização:

Execução do orçamento - Junho 2025

Designação	[A]Previsões / Dotações corrigidas do período	[B]Rec por cobrar / Despesas por pagar períodos anteriores	[C]Compromissos	[D]Rec. cobrada / Desp. pagas liquidas períodos anteriores	[E]Rec. cobrada / Desp. pagas liquidas do período	Unid.: %	
						Grau execução (%) do período $E/A \cdot 100$	Grau total execução (%) $(D+E)/(A+B) \cdot 100$
Receita							
Corrente	35 626 842	1 779 765		44 700	10 950 000	45,47%	43,48%
Capital	19 969 730	261 725		0	2 620 124	13,12%	12,95%
Repos. não abat. nos pag.	1 000	2 725		0	20 261	2925,08%	785,34%
Total das receitas	56 598 612	2 044 215		44 700	19 366 061	34,11%	33,09%
Despesas							
Corrente	33 363 346	1 020 277	24 678 783	979 032	12 494 287	37,45%	39,15%
Capital	25 778 238	491 217	17 882 578	480 067	3 435 007	12,83%	14,35%
Total das despesas	60 141 584	1 511 494	42 561 361	1 459 099	15 929 273	26,49%	25,20%
Saldo	-3 542 972				1 962 189	S.S.	S.S.
Utilização saldo gerência anos anter.	3 542 972				3 542 972	100,00%	100,00%
Saldo orçamental	0				5 505 362	S.S.	S.S.

Execução do orçamento - Junho 2024

Designação	[A]Previsões / Dotações corrigidas do período	[B]Rec por cobrar / Despesas por pagar períodos anteriores	[C]Compromissos	[D]Rec. cobrada / Desp. pagas liquidas períodos anteriores	[E]Rec. cobrada / Desp. pagas liquidas do período	Unid.: %	
						Grau execução (%) do período $E/A \cdot 100$	Grau total execução (%) $(D+E)/(A+B) \cdot 100$
Receita							
Corrente	41 425 280	2 092 219		48 714	16 237 697	39,34%	37,56%
Capital	10 581 589	261 808		0	3 983 000	34,81%	33,06%
Repos. não abat. nos pag.	65 721				1 300	2,13%	2,13%
Total das receitas	51 875 000	2 354 127		48 714	19 882 146	38,33%	36,75%
Despesas							
Corrente	33 847 420	1 435 742	24 347 045	1 387 483	11 920 026	35,22%	37,24%
Capital	18 027 577	1 697 537	11 690 993	1 885 482	2 933 258	16,02%	23,72%
Total das despesas	51 875 000	3 133 279	36 038 038	3 383 977	14 913 286	28,75%	32,72%
Saldo	0				1 933 096	S.S.	S.S.
Utilização saldo gerência anos anter.	0				0	0,00%	0,00%
Saldo orçamental	0				1 933 096	S.S.	S.S.

No anexo III poderão ser consultadas mais em pormenor as taxas de execução da receita e das despesas de ambos os anos.

O grau de execução da receita corrente total orçamental foi, no semestre em análise, 43,48% (37,56% no 1º semestre de 2024), representando uma subida de 5,92%. Esta variação resulta, em especial:

Das subidas na execução de rubricas com algum peso relativo:

- Imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT) com execução de 74,76% (67,94% em 30/06/2024);
- Vendas de bens e serviços correntes com execução de 20,19% (12,80% em 30/06/2024);

- Rendimentos da propriedade com execução de 63,28% (20,08% em 30/06/2024);
- Outras receitas correntes com execução de 10,01% (2,57% em 30/06/2024).

Das descidas na execução total de algumas rubricas com algum peso relativo, mas que não foram suficientes para impedir a subida verificada:

- Impostos municipal sobre imóveis (IMI) com execução de 38,97% (55,71% em 30/06/2024);
- Derrama com execução de 10,14% (20,72% em 30/06/2024);
- Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), componente corrente, que passou para uma execução de 49,44% (50,00% em 30/06/2024). De referir que nesta rubrica, por lapso, estão registados 286 milhares de euros que deveriam estar registados na componente de capital, situação já retificada no 2.º semestre;
- Outras transferências do Estado que passou de uma execução de 48,60% em 30/06/2024 para 47,26% em 30/06/2025.

A realização da despesa corrente situa-se nos 39,19% (no semestre homólogo de 2024, foi de 37,74%), tendo-se desta forma assistido a uma subida. Esta subida resulta de comportamentos diferentes das componentes mais representativas:

- Subida ligeira da execução das despesas com o pessoal, em que a taxa de execução passou de 41,41% em 30/06/2024 para 41,98% em 30/06/2025. A verba prevista total desta rubrica subiu 978 milhares de euros, tendo, em termos de execução, aumentado no período e à data de 30/06/2025, 505 milhares de euros. De referir que existiu um aumento do número total de funcionários entre os períodos em comparação, tendo passado de 627 em 30/06/2024 para 641 em 30/06/2025;
- Subida da execução da aquisição de bens e serviços, que de 32,31% passou para 36,14%. sendo de referir que o valor total previsto para a rubrica diminuiu, no total, 1.051 milhares de euros;
- Descida da execução das transferências correntes que diminuíram de 40,62% em 30/06/2024 para 36,05% em 30/06/2025. De referir que também o montante previsto total nesta rubrica registou uma diminuição face ao período homólogo em 703 milhares de euros.

O grau de execução da despesa corrente total situa-se abaixo do grau de receita corrente realizado em cerca de 3,23 milhões de euros, o que permite compensar, o saldo total orçamental negativo de operações orçamentais de capital (-1,29 milhões de euros).

A receita de capital, atingiu apenas 12,95% do previsto em termos anuais, valor inferior ao verificado no semestre homólogo do ano transato, que foi 33,66%. Este valor continua a representar um afastamento significativo face aos objetivos expectáveis, que seria os 50%.

Esta descida resulta, principalmente, da diminuição na execução das verbas relacionados com os fundos Comunitários e equivalentes executados em apenas 6,39% cuja execução era de 33,39% em 30/06/2024. De referir que estão previstos 13 028 milhares de euros (6 681 milhares de euros em 30/06/2024), tendo sido recebidos apenas 833 milhares de euros (2 231 milhares de euros em 30/06/2024). Nas restantes rubricas existiram comportamentos mistos na execução como foi o caso das abaixo indicadas e que têm algum peso relativo nas verbas previstas:

- Subida das vendas de bens de investimento, com uma execução em 35,61% (3,19% em 30/06/2024);
- Descida da execução do FEF, componente de capital, tendo passado de uma execução de 50,00% em 30/06/2024 para a execução atual de 25,00%. Como já referido na análise à receita corrente, estão registados, por lapso, 286 milhares de euros na componente corrente do FEF que deveriam estar registados nesta rubrica (situação já retificada no 2.º semestre), e que resultaria em que a execução atual atingisse os mesmos 50,00% do período homólogo;
- Subida dos passivos financeiros que tinha tido execução nula em 30/06/2024 (0,00%) e atualmente tem uma execução de 5,23%.

A realização da despesa de capital apresenta um nível de execução de 14,36%, valor inferior ao do período homólogo anterior (23,72%). Este grau de execução decorre essencialmente do atraso na realização e correspondente pagamento dos investimentos previstos para o ano, rubrica que representa 93,46% das despesas de capital previstas para o período. A aquisição de bens de capital passou de 23,67% em 30/06/2024 para os 13,13% atuais, estando assumidos compromissos de 16,95 milhões de euros (66% dos investimentos previstos, em 30/06/2024 era de 59%). As transferências de capital concedidas apresentam uma execução superior, tendo passado de 17,80% para 24,80%.

Considerando o volume de compromissos assumidos em termos de despesa de capital para o exercício de 17,88 milhões de euros, que representa cerca de 65,58% da dotação prevista para o período (59,27% em 30/06/2024), permite antever, em termos anuais, um nível moderado da execução das despesas de capital.

De referir que em 30/06/2025, e contrariamente ao ocorrido em 30/06/2024, já foi possível realizar a integração de saldo de gerência no montante de 3,54 milhões de euros.

Em termos de execução da receita, no seu global, o Município não atingiu nos três anos anteriores, 2022 a 2024, o grau de execução mínimo de 85%, previsto no n.º 3, artigo 56.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro. **De referir que as prestações de contas de 2022 a 2024 não foram aprovadas pela Assembleia Municipal. No entanto, relativamente a 2025, tendo já sido possível a integração de saldo de gerência, existe uma maior probabilidade de o Município poder vir a atingir, em 31/12/2025, a execução de, pelo menos, 85% da receita.**

De referir que, parte da despesa de capital está a ser suportada com receita corrente e/ou saldo de gerência, o que vai ao encontro do princípio de equilíbrio financeiro do orçamento, em que receita corrente pode suportar despesa de capital, mas o inverso não pode ser verificado (receita de capital a suportar despesa corrente).

De referir que a independência financeira do Município, medida pelo rácio Receitas Próprias/Receitas Totais aumentou fruto, em especial, da integração/utilização do saldo de gerência em 3,54 milhões de euros, (passou de 32,0% no 1º semestre de 2024, para 43,7%, no 1º semestre de 2025).

3.3 Execução GOP

No que respeita à execução das Grandes Opções do Plano, constituído pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e pelas Atividades Mais Relevantes (AMR) também conhecido por Plano Plurianual de Atividades (PPA), constatou-se que o município registou, no 1º semestre, os seguintes graus de realização, tendo por base os valores previstos para o ano de 2025:

Execução das grandes opções do plano (PPI e AMR) - 1º semestre 2025

Programas	Plano plurianual de Investimentos			Atividades mais relevantes			Grandes opções plano (TOTAL)		
	Montante previsto 2025	Montante executado semestre¹		Montante previsto 2025	Montante executado semestre¹		Montante previsto 2025	Montante executado semestre¹	
	VALOR	VALOR	%	VALOR	VALOR	%	Valor	Valor	%
Habituação	5 670 510,00	944 368,94	16,65	0,00	0,00	0,00	5 670 510,00	944 368,94	16,65
Solidariedade	0,00	0,00	0,00	477 200,00	125 096,50	26,21	477 200,00	125 096,50	26,21
Educação, cultura e desporto	7 147 219,00	754 270,38	10,55	2 637 567,00	1 012 574,46	38,39	9 784 786,00	1 766 844,84	18,06
Saúde	320 000,00	38 336,33	11,98	0,00	0,00	0,00	320 000,00	38 336,33	11,98
Regeneração urbana	7 816 046,76	753 724,19	9,64	2 814 030,00	1 032 519,33	36,69	10 630 076,76	1 786 243,52	16,80
Património	931 857,00	140 485,97	15,08	28 045,00	14 514,00	51,75	959 902,00	154 999,97	16,15
Turismo	78 000,00	406,88	0,52	1 169 979,00	47 067,35	4,02	1 344 546,00	185 026,93	13,76
Economia local	1 746 568,00	137 959,58	7,93	0,00	0,00	0,00	1 082 546,00	224 219,74	20,71
Eficiência energética	1 082 546,00	224 219,74	20,71	0,00	0,00	0,00	557 256,00	143 627,52	25,77
Espaços verdes e linhas de água	405 596,00	39 512,12	9,74	151 700,00	104 115,40	68,63	557 256,00	143 627,52	25,77
Gestão de resíduos	70 000,00	5 608,80	8,01	65 000,00	21 304,19	32,78	135 000,00	26 912,99	19,94
Planeamento e gestão orçamental	60 300,00	20 724,79	34,37	494 214,00	210 538,70	42,60	554 514,00	231 263,49	41,71
Estrutura (Processos internos)	1 329 400,00	289 606,85	21,78	486 000,00	61 041,25	12,56	1 815 400,00	350 648,60	19,32
TOTAIS	25 086 042,76	3 349 224,57	13,35	9 525 035,00	3 084 784,57	32,39	34 611 077,76	6 434 009,54	18,59

Nota 1 - Os montantes indicados no quadro são referem aos valores do período em análise

Execução das grandes opções do plano (PPI e AMR) - 1º semestre 2024

Programas	Plano plurianual de Investimentos			Atividades mais relevantes			Grandes opções plano (TOTAL)		
	Montante previsto 2024	Montante executado semestre¹		Montante previsto 2024	Montante executado semestre¹		Montante previsto 2024	Montante executado semestre¹	
	VALOR	VALOR	%	VALOR	VALOR	%	Valor	Valor	%
Habituação	1 987 073,00	250 732,22	12,62	0,00	0,00	0,00	1 987 073,00	250 732,22	12,62
Solidariedade	0,00	0,00	0,00	273 038,00	126 952,44	46,50	273 038,00	126 952,44	46,50
Educação, cultura e desporto	4 117 433,00	1 127 550,77	27,38	2 697 134,00	1 207 421,64	44,77	6 814 567,00	2 334 972,41	34,26
Saúde	165 100,00	0,00	0,00	20 000,00	0,00	0,00	185 100,00	0,00	0,00
Regeneração urbana	6 349 739,00	1 680 134,08	26,46	3 217 075,00	941 429,11	29,26	9 566 814,00	2 621 563,19	27,40
Património	578 014,00	58 540,75	10,13	28 931,00	0,00	0,00	606 545,00	58 540,75	9,65
Turismo	30 000,00	1 109,77	3,70	1 238 561,00	410 137,14	33,11	1 288 561,00	411 246,91	31,92
Economia local	253 272,00	16 129,24	6,37	1 321 000,00	393 270,93	29,77	1 574 272,00	409 400,17	26,01
Eficiência energética	1 437 136,00	646 857,41	45,01	12 000,00	0,00	0,00	1 449 136,00	646 857,41	44,64
Espaços verdes e linhas de água	198 577,00	35 876,87	18,07	185 000,00	57 477,44	31,07	383 577,00	93 354,31	24,34
Gestão de resíduos	60 000,00	6 273,30	10,45	38 108,00	21 685,20	56,90	98 108,00	22 912,50	23,45
Planeamento e gestão orçamental	40 400,00	13 800,98	34,16	451 558,00	109 999,98	24,36	491 958,00	123 800,96	25,16
Estrutura (Processos internos)	932 857,00	376 447,25	40,35	431 000,00	80 447,83	18,67	1 363 857,00	456 895,08	33,50
TOTAIS	16 169 601,00	4 267 806,64	26,02	9 913 005,00	3 348 821,71	33,78	26 082 606,00	7 556 628,35	28,97

Nota 1 - Os montantes indicados no quadro são referem aos valores do período em análise

As GOP registaram um grau de execução total baixo de 18,59% neste semestre (28,97% em 30/06/2024), 13,35% no PPI (26,02%, no 1º semestre 2024) e 32,39% nas AMR (33,78% no 1º semestre de 2024), apresentando várias componentes com comportamentos distintos, mas mantendo-se com níveis de execução baixo a moderado, que, em especial, devido às dificuldades na execução dos investimentos em bens de capital, provavelmente se manterá em termos anuais, em resultado da baixa taxa de execução do orçamento da despesa, que em termos totais, em 30/06/2025 se situou em 28,20% (32,72% em 30/06/2024).

3.4 Resultados

Demonstração resultados Jun/2025 vs Jun/2024

(modelo próprio, contas até 2º grau)

Período findo em:	30/jun/25	Unidade Monetária €		Unidade Monetária €		VARIACÃO 6/2025 vs 6/2024	
Rendimentos e Gastos	30/06/2025		30/06/2024				
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
70 - Impostos, contribuições e taxas	5 117 745,44	25,1%	4 719 110,78	25,4%	398 634,66	8,4%	
71 - Vendas	13 716,81	0,1%	18 920,59	0,1%	-5 203,98	-27,5%	
72 - Prestações de serviços e concessões	1 167 505,23	5,7%	640 081,72	4,6%	313 423,51	90,9%	
73 - Variação nos inventários da produção							
74 - Trabalhos para a própria entidade							
75 - Transferências e subsídios correntes obtidos	11 271 715,63	55,3%	10 001 198,62	53,9%	1 270 517,01	12,7%	
76 - Reversões							
77 - Ganhos por aumento de justo valor							
78 - Outros rendimentos	2 811 200,92	13,8%	2 965 165,36	16,0%	-153 964,44	-5,2%	
Rendimentos Operacionais	20 376 883,83	100,0%	18 553 477,07	100,0%	1 823 406,76	9,8%	
60 - Transferências e subsídios concedidos	-2 377 388,19	-11,7%	-2 167 237,51	-11,7%	-210 150,68	-9,7%	
61 - Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-414 904,58	-2,0%	-434 974,88	-2,3%	20 070,30	4,6%	
62 - Fornecimentos e serviços externos	-4 723 341,40	-23,2%	-3 754 577,32	-20,2%	-968 764,08	-25,8%	
63 - Gastos com o pessoal	-7 465 872,74	-36,6%	-6 699 587,88	-37,2%	-566 284,86	-8,2%	
64 - Gastos/reversões de depreciação e amortização	-3 528 644,49	-17,3%	-3 381 537,26	-18,2%	-147 107,23	-4,4%	
65 - Perdas por imparidade							
66 - Perdas por reduções de justo valor							
67 - Provisões do período							
68 - Outros gastos	-201 437,95	-1,0%	-265 338,16	-1,4%	63 900,21	24,1%	
Gastos Operacionais	-18 711 589,35	-91,8%	-16 903 253,01	-91,1%	-1 808 336,34	-10,7%	
Resultado Operacional	1 665 294,48	8,2%	1 650 224,06	8,9%	15 070,42	0,9%	
79 - Juros e rendimentos similares obtidos	2 532,93	0,0%	3 879,17	0,0%	-1 346,24	-34,7%	
69 - Juros e gastos similares suportados	-121 646,54	-0,6%	-132 719,14	-0,7%	11 072,60	8,3%	
Resultados antes de impostos	1 546 178,87	7,6%	1 521 384,09	8,2%	24 794,78	1,6%	
812 - Imposto sobre o rendimento							
Resultado líquido do período	1 546 178,87	7,6%	1 521 384,09	8,2%	24 794,78	1,6%	

(no anexo II é disponibilizado modelo de demonstração de resultados baseado no modelo oficial)

Conforme é evidenciado na Demonstração de Resultados do 1º semestre de 2025 o resultado do período apresenta o resultado líquido de 1 546 milhares de euros, ou seja, evidencia uma estabilização, que resulta numa ligeira subida de 25 milhares euros em relação ao apurado no período homólogo anterior.

Desempenho relacionado com as principais participadas e outras situações

Relativamente às entidades que maior relevância tem, em termos de participações detidas pelo Município, a RSTJ e a Tejo Ambiente, foi possível a aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) relativamente a ambas, sendo que no caso concreto da Tejo Ambiente só muito recentemente foram

disponibilizados os dados relativos ao 1.º semestre de 2025. Em 30/06/2024 apenas havia sido possível a aplicação do MEP em relação a RSTJ, pois não haviam sido disponibilizados os dados da Tejo Ambiente. O MEP foi aplicado, quando existentes os dados, de forma simplificada só ao nível do resultado do período, tanto em 30/06/2025 como em 30/06/2024. A evolução destas entidades foi a seguinte:

- Tejo Ambiente
 - Em 30/06/2025 reportou, no total, um resultado antes de imposto (RAI) positivo de 291 milhares de euros. Em termos de MEP, que se aplica pelo resultado líquido (RL, que é de 230 milhares de euros) e não pelo RAI, atendendo à percentagem de participação de 35,63%, corresponde ao Município o montante de +82 milhares de euros;
 - Sem dados disponíveis relativamente a 30/06/2024 na altura da preparação do relatório semestral da altura. A título informativo refere-se que posteriormente esta entidade reportou, relativamente a 30/06/2024, um RAI de 119 milhares de euros a que corresponde um RL de 93 milhares de euros e que corresponderia a um montante de +33 milhares de euros ao Município (como já referido este montante não está refletido nos montantes da DR de 30/06/2024).
- RSTJ
 - Em 30/06/2025 reporta, no total, um RAI positivo de 739 milhares de euros. Em termos de MEP, possuindo o Município 10% de participação sobre o RL (que é de 591 milhares de euros), correspondeu a +59 milhares de euros;
 - Em 30/06/2024 reportou, no total, um RAI positivo de 181 milhares de euros. Em termos de MEP, possuindo o Município 10% de participação sobre o RL (que era de 143 milhares de euros), correspondeu a +14 milhares de euros.

Da EPT, detida em 50% pelo Município, em ambos os períodos não estavam disponíveis dados semestrais. De referir que em 31/12/2024 esta entidade apresentou Resultado Líquido negativo de -144 milhares de euros, enquanto em 31/12/2023 a entidade havia apresentado RL positivo de +3 milhares de euros.

No quadro seguinte demonstra-se o impacto da aplicação do MEP e qual seria o resultado do Município sem a aplicação dos MEP. Verifica-se assim que o resultado em 30/06/2025 seria de 1 405 milhares de euros, o que representa um decréscimo de 102 milhares de euros em relação ao resultado de 30/06/2024 sem o efeito MEP:

	30/06/2025		30/06/2024		VARIAÇÃO	
Resultado líquido do período "TOTAL"	1 546 178,87	100,0%	1 521 384,09	100,0%	24 794,78	1,6%
Impacto provocado pelo reflexo da situação das participadas ou equivalentes:						
- Tejo Ambiente	81 804,69	-5,3%	n.d.	s.s.	s.s.	s.s.
- RSTJ	59 121,50	-3,8%	14 316,90	-0,9%	44 804,60	312,9%
- EPT	n.d.	s.s.	n.d.	s.s.	s.s.	s.s.
Resultado líquido sem refletir impacto MEP	1 405 252,68	90,9%	1 507 067,19	99,1%	-101 814,51	-6,8%

Tanto quanto é do nosso conhecimento, o processo de transição para a Tejo Ambiente não está ainda totalmente finalizado. O prazo inicial previsto para a transição já foi excedido, não tendo sido possível obter ainda informação sobre a situação atual, nem quais as condições definitivas para esta transição. De referir que desde o início de 2020 que a faturação da água e serviços conexos está a ser feita pela Tejo Ambiente. No município os bens ao serviço da Tejo Ambiente estão a ter tratamento idêntico a bens concessionados, ou seja, estão a gerar depreciações. E a atividade dos SMAS de Tomar é inexistente.

tal como ocorria em 30/06/2024 continua a não se dispor de qualquer informação acerca da existência futura, ou não, de alguma eventual renda de concessão da infraestrutura em baixa (concessionada à Tejo Ambiente).

De referir que ainda não ocorreu o registo no Município dos valores remanescentes resultantes da liquidação definitiva dos SMAS, dos quais foi preparada e apresentada à Assembleia Municipal no 1.º semestre 2023 a situação atualizada à data de 31/12/2022, com vista à sua aprovação e integração no Município, no entanto a referida informação não foi aprovada pela Assembleia Municipal. De salientar que os SMAS têm a mesma personalidade jurídica do Município, pelo que em última instância o Município terá sempre de assumir as responsabilidades que eventualmente surjam ou existam sobre os SMAS.

Os trabalhos relacionados com o apuramento das Obras de administração direta (OAD) têm estado bastante atrasados. Assim apesar de tal situação não afetar a comparabilidade entre os períodos analisados, pois também em 30/06/2024 não haviam ocorrido registos desta natureza, tal deverá ser regularizado assim que possível.

Análise às variações

Como já foi referido o resultado passou de 1 521 milhares de euros em 30/06/2024 para 1 546 milhares de euros em 30/06/2025, traduzindo-se numa estabilização, com uma ligeira subida de 25 milhares de euros

(1,6%), que como já mencionado em relação a certas situações, existem alguns condicionalismos, sendo alguns dos mais relevantes:

- O processamento definitivo das amortizações e depreciações só decorrerá no final de 2025;
- A afetação definitiva dos montantes recebidos do FEF Capital e Artigo 35 em 2025 só será efetuada no final de 2025, em 30/06/2025 apenas se afetou às transferências de capital concedidas e foram registados os montantes imputados a bens/obras em anos anteriores;
- Ausência de registos em ambos os períodos dos trabalhos para a própria entidade (OAD).

Apesar de existir uma relativa estabilização do RL, existem algumas variações que merecem referência, sendo as mais significativas:

- Aumento de rendimentos relacionadas com:
 - Estimativa da Derrama para o 1.º semestre 2025 em 91 milhares de euros;
 - Imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT) em 284 milhares de euros e que será reflexo de aumento do valor total de negócios imobiliários;
 - Serviços específicos das autarquias locais em 68 milhares de euros;
 - Concessões, resultante do reconhecimento da concessão E-Redes em 243 milhares de euros. Importa referir que este aumento tem efeito nulo nos resultados do período, pois os aumentos de rendimentos verificados com a concessão estão compensados por idênticos aumentos nas depreciações do período, o que se traduz em efeito nulo;
 - Fundo de equilíbrio financeiro (FEF) na componente corrente em 198 milhares de euros;
 - Fundo social municipal (FSM) em 56 milhares de euros;
 - Na participação no IRS em 57 milhares de euros;
 - Artigo 35.º, componente corrente em 361 milhares de euros;
 - Outras transferências correntes do Estado, maioritariamente relativas às Transferências de competências em 83 milhares de euros e 365 milhares de euros resultantes do registo euros de verbas FEF Capital e Art.º 35.º (componente capital) imputados a transferências de capital concedidas, em que decorrente da FAQ49 começaram em 31/12/2024 a ser registadas em rubricas de transferências e subsídios correntes obtidos, quando em 30/06/2024 foram registadas as verbas desta natureza em Outros rendimentos;
 - Dos subsídios ao investimento e similares em 118 milhares de euros, sendo que este aumento é explicado essencialmente pela passagem de obras que estavam em curso para firme, assim como à imputação provisória de parte das verbas de FEF Capital e Art.º 35 recebidos em 2023

às despesas de capital concedidas. Pelas razões já referidas esta imputação ainda deverá ser considerada como provisória;

- Outras transferências e subsídios correntes – Resto do mundo em 103 milhares de euros;
 - Aplicação do MEP da RSTJ e Tejo Ambiente em 127 milhares de euros;
 - Montantes de correções relativas a períodos anteriores em 147 milhares de euros;
 - Receitas provenientes da alienação de ativos fixos tangíveis em 187 milhares de euros.
- Diminuição de rendimentos:
 - Estimativa na participação de IVA em 50 milhares de euros;
 - Redução em 599 milhares de euros dos montantes de subsídios e transferências para investimentos, maioritariamente explicados por variações do próprio processamento, como seja o terminar de vida útil de bens/obras, mas principalmente pelo facto de se ter deixado de registar nesta rubrica as imputações efetuadas dos montantes de FEF Capital e Art.º 35 capital a transferências de capital efetuadas (por estimativa), as quais se passaram a registar nas transferências e subsídios correntes obtidos (conta 75, levando a variação positiva na mesma) decorrente da aplicação da FAQ49 (como já referido).
 - Aumento de gastos:
 - De transferências concedidas nas componentes correntes para as Instituições sem fins lucrativos, em 233 milhares de euros;
 - De Transferências de capital concedidas às Freguesias em 110 milhares de euros;
 - Fornecimentos e serviços externos (rubrica que teve um aumento global líquido de 969 milhares de euros), destacando-se os aumentos em:
 - Vigilância e segurança em 92 milhares de euros;
 - Honorários em 61 milhares de euros;
 - Eletricidade em 82 milhares de euros;
 - Combustíveis e lubrificantes (inclui gás) em 102 milhares de euros;
 - Água em 321 milhares de euros;
 - Limpeza, higiene e conforto em 152 milhares de euros;
 - Serviços diversos - Outros em 162 milhares de euros.
 - Gastos com pessoal que aumentaram em 566 milhares de euros, explicados parcialmente pelo aumento do número de funcionários que passaram de 627 em 30/06/2024 para 641 em 30/06/2025, mas também pelas atualizações/aumentos ocorridos no período;

- Das depreciações e amortizações do período em 147 milhares de euros, resultante da passagem a firme de obras, em especial no 2º semestre de 2024 e que só agora estão a produzir efeitos significativos nas depreciações processadas, mas maioritariamente explicado pela situação já referida do aumento das depreciações relacionados com os registos da concessão E-Redes, aumento este que está 100% compensado nos rendimentos, traduzindo-se num efeito nulo para os resultados do exercício.
- Diminuição de gastos
 - De transferências concedidas nas componentes correntes em 132 milhares de euros, sensivelmente repartidos entre as transferências para as Famílias, Associações de Municípios (CIMT) e Freguesias;
 - Do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas em 44 milhares de euros;
 - Componentes dos Fornecimentos e serviços externos, destacando-se as diminuições em Estudos, pareceres e consultoria jurídica em 70 milhares de euros;
 - Dos outros gastos em 64 milhares de euros.

Em termos de estrutura das despesas operacionais pagas (excluem-se as depreciações/amortizações, imparidades e similares), a despesa mais representativa nos custos totais operacionais continuou a ser os gastos com pessoal, com 49,17% (50,93% em 30/06/2024), seguido dos fornecimentos e serviço externos que ocupam a segunda posição com 31,11% (27,72% em 30/06/2024).

Com a evolução já referida o VAB do município registou um aumento de 5,7%, assim, no semestre em análise, o VAB foi de 12 861 milhares de euros, face a 12 172 milhares de euros (1º semestre de 2024).

3.5 Situação patrimonial

Balanco sintético (modelo próprio)

Balanco sintético em:		30/jun/25		31/12/2024		Unidade Monetária €	
Rubricas		Valor		Valor		VARIACÃO 6/2025 vs 12/2024	
			%		%	Valor	%
ATIVO							
Ativo não corrente							
44	Ativos intangíveis	591 764,20	0,4%	521 149,68	0,4%	70 614,52	13,5%
43	Bens domínio público	35 455 780,54	24,4%	36 219 223,20	25,6%	-763 442,66	-2,1%
43	Bens domínio privado	80 502 211,23	55,6%	70 417 666,34	56,1%	1 084 545,09	1,4%
42	Propriedades de investimento	4 804 660,06	3,3%	5 070 416,42	3,6%	-265 756,36	-5,2%
41	Investimentos financeiros	8 411 056,19	5,8%	8 270 130,00	5,8%	140 926,19	1,7%
37	Ativos biológicos						
27+28	Diferimentos						
20+21+22+26	Dívidas de terceiros	332,38	0,0%	332,38	0,0%	0,00	0,0%
+27							
		129 765 804,60	89,5%	129 498 807,02	91,5%	266 997,58	0,2%
Ativo corrente							
3x	Inventários	200 591,21	0,1%	224 513,80	0,2%	-23 922,59	-10,7%
21	Clientes, contribuintes e utentes	442 016,08	0,3%	423 784,84	0,3%	18 231,24	4,3%
27+28	Diferimentos e acréscimos	8 195 254,94	5,7%	6 894 300,96	4,9%	1 300 953,98	18,9%
1x	Disponibilidades e similares	6 032 112,85	4,2%	4 014 483,99	2,8%	2 017 628,86	50,3%
46	Ativos detidos para venda						
20+22+23+24	Outras dívidas de terceiros	405 845,36	0,3%	398 108,29	0,3%	7 737,07	1,9%
+25+26+27							
		15 275 820,44	10,5%	11 955 191,88	8,5%	3 320 628,56	27,8%
Total do Ativo		145 041 625,04	100,0%	141 453 998,90	1,00	3 587 626,14	2,5%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO							
51	Património/Capital	34 373 180,32	23,7%	34 373 180,32	24,3%	0,00	0,0%
52+53+54+58	Outros						
55	Reservas	1 345 986,60	0,9%	1 345 986,60	1,0%	0,00	0,0%
56	Resultados transitados	33 589 130,30	23,2%	31 036 288,32	21,9%	2 552 841,98	8,2%
57	Ajust. ativos financeiros	4 556 464,76	3,1%	4 556 464,76	3,2%	0,00	0,0%
59	Outras variações	40 449 716,39	27,9%	40 502 957,57	28,6%	-53 241,18	-0,1%
81	Resultado líquido	1 546 178,87	1,1%	2 552 841,98	1,8%	-1 006 663,11	-39,4%
Total do Património Líquido		115 880 857,24	79,9%	114 367 719,65	80,9%	1 492 937,69	1,3%
Passivo							
Passivo não corrente							
29	Provisões	193 413,49	0,1%	210 913,49	0,1%	-17 500,00	-8,3%
20+25	Financiamentos Obtidos	3 945 389,02	2,7%	4 046 122,12	2,9%	-100 733,10	-2,5%
22+27	Fornecedores	1 330 729,26	0,9%	1 781 875,08	1,3%	-451 145,82	-25,3%
21+23+27	Outras dívidas a terceiros	105 653,21	0,1%	105 853,21	0,1%	0,00	0,0%
27+28	Diferimentos	13 682 248,40	9,4%	13 389 338,40	9,5%	292 910,00	2,2%
		19 257 633,38	13,3%	19 534 102,30	13,8%	-276 468,92	-1,4%
Passivo corrente							
20+25	Financiamentos obtidos	551 091,92	0,4%	563 704,78	0,4%	-12 612,86	-2,2%
22+27	Fornecedores	4 583 026,82	3,2%	3 071 699,44	2,2%	1 511 327,38	49,2%
27+28	Diferimentos e acréscimos	3 344 955,75	2,3%	2 793 954,89	2,0%	551 000,86	19,7%
1x	Outros passivos						
20+21+23+24	Outras dívidas a terceiros	1 444 259,93	1,0%	1 122 817,94	0,8%	321 441,99	28,6%
+26+27							
		9 923 334,42	6,8%	7 552 177,05	5,3%	2 371 157,37	31,4%
Total do Passivo		29 180 967,80	20,1%	27 086 279,35	19,1%	2 094 688,45	7,7%
Total do capital próprio e do Passivo		145 041 625,04	100,0%	141 453 998,90	100,0%	3 587 626,14	2,5%

Nota - Procedeu-se ao ajuste entre verbas correntes e não correntes de financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar (sem impacto líquido no total)

Análise às variações

O Ativo do município de Tomar apresenta o valor total de 145 042 milhares de euros, (141 454 milhares de euros em 31/12/2024), em que o Ativo Fixo (Imobilizado) continua a ser a componente mais importante, registando o montante de 129 766 milhares de euros, representando 89,5% do Ativo total (91,5% em 31/12/2025).

As principais alterações no Ativo deveram-se:

- Registo da estimativa das depreciações/amortizações do exercício de 3 529 milhares de euros;
- Aquisições efetuadas, regularizações, aumento de obras em curso e aplicações de MEP em cerca de 3 796 milhares de euros;
- Aumento das outras contas a receber em 1 308 milhares de euros maioritariamente explicado pelo aumento dos montantes acrescidos, quer de receitas de impostos, como de montantes a receber de transferências do OE2025, temporariamente retidas até validação dos reportes de informação;
- Aumento das disponibilidades em 2 018 milhares de euros. Refira-se que parte do montante das disponibilidades tem despesa consignada.

Relativamente às dívidas a receber continua a ser efetuado trabalho de análise e adaptação das mesmas, tendo como principal intuito uma futura integração na aplicação AIRC de todos os módulos de faturação que não são propriedade da AIRC.

No lado das Origens de Fundos, o total dos Fundos Patrimoniais é 115 861 milhares de euros (114 368 milhares de euros em 31/12/2024), representando 79,9% do Total do Ativo (80,9% em 31/12/2024).

As principais alterações registadas nos Fundos Próprios, no 1.º semestre de 2025, referem-se a:

- Estimativa de resultados 1º semestre de 2025, +1 546 milhares de euros;
- Aplicação de resultados do ano de 2024, por transferência para a rubrica de Resultados Transitados de 2 553 milhares de euros (sem impacto no valor líquido da Rubrica de Fundos Próprios);
- Registo dos montantes de FEF capital e art.º 35 recebidos no 1.º semestre 2025, num montante de 1 569 milhares de euros;

- Recebimentos de verbas de subsídios ao investimento de 974 milhares de euros referentes a obras em curso e transferência de 829 milhares de euros da 593x para a conta dos diferimentos (28) para atualização do montante dos diferimentos relativamente aos montantes referentes a obras ainda em curso à data de 30/06/2024;
- Transferência para rendimentos do período e movimentos conexos de subsídios ao investimento ou similares, doações, concessão E-Redes e transferências concedidas, no montante de 1 767 milhares de euros.

Na outra componente das Origens de fundos, o Passivo, merecem referência as dívidas não correntes relativamente a empréstimos, ou equivalentes, e a Fornecedores e Outras contas a pagar, as quais registam um decréscimo face a 31/12/2024. Em 30 de Junho de 2025 apresentam o montante de 5 382 milhares de euros, tendo registado uma diminuição de 552 milhares de euros em relação a 31/12/2024, explicada em grande medida pela passagem de montantes para corrente (curto prazo). O aumento dos diferimentos em 293 milhares de euros refere-se maioritariamente ao aumento dos montantes de subsídios ao investimento recebidos e respeitantes a obras ainda em curso à data de 30/06/2025.

Existiu o aumento das outras dívidas a terceiros e fornecedores de curto prazo, no líquido, de 1 833 milhares de euros. Relativamente aos fornecedores de curto prazo (+ 1 511 milhares de euros), o aumento ocorreu, maioritariamente devido à receção e registo de faturas, de montantes elevados, de fornecimentos correntes e de fornecedores de imobilizado, no final do 1º semestre e que à data ainda não tinham sido liquidadas pois não se encontravam vencidas. O aumento das outras dívidas a terceiros de curto prazo em 321 milhares de euros refere-se, ao aumento do montante a entregar ao Estado e outros entes públicos tais como Segurança social e Caixa geral de aposentações, maioritariamente relacionado com os encargos sociais a entregar em julho relativos ao mês de junho e subsídio de férias, aumento das cauções obtidas relativamente a obras em curso e a outras variações de dívida a terceiros. Os diferimentos e acréscimos correntes, de curto prazo, aumentaram 551 milhares de euros.

Não estão refletidos nas contas da autarquia os possíveis efeitos decorrentes da liquidação da empresa Tomar Polis, SA, cuja liquidação se encontra em fase de ultimateção, mas com efeitos que, embora não consigamos quantificar, estimamos materialmente relevantes.

Atualmente já voltou a ser possível extrair do sistema da DGAL a informação oficial do PMP, que no caso do Município de Tomar, com base nos dados provisoriamente reportados, pelo que devem ser considerados como provisórios e indicativos, com referência a 30/06/2025 estava a ser apurado um PMP de 48 dias (122 dias em 30/06/2024). A liquidez geral desceu ligeiramente de 158,3% para 153,9%, comparativamente a 31/12/2024.

3.6 Dívida Bruta

A Lei das Finanças Locais ampliou, consideravelmente, o perímetro das entidades (detidas e participadas) que relevam através da sua contribuição para efeitos de determinação da Dívida Bruta Total do Município.

Importa ainda referir que o artigo 144.º da Lei n.º 45-A/2024 de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2025) manteve o aumento, que vem sendo permitido desde 2023. A margem de endividamento utilizável em 2023, passou dos 20% previstos na alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, para 40%. Este aumento está refletido no mapa seguinte.

Importa referir que o apuramento da dívida bruta total, ao semestre, assume carácter totalmente provisório e indicativo, na medida que o relevante são os montantes reportados com efeito a 31/12 de cada ano.

Nos quadros abaixo ilustra-se a posição atual do município em 30/06/2025 e em 30/06/2024:

Dívida bruta total

	[A]-Limite para 2025	[B]-Dívida bruta município 30/06/2025	[C]-Dívida bruta participadas 30/06/2025	Unid.: 1€	
				[D]=[A-B-C]=Margem absoluta	
				Valor	% = [1-(D/A)]x100
Dívida bruta (apurado de forma idêntica SIAL)	47 252 891	11 433 599	685 514	35 133 779	74,35%

Margem disponível

	[A]-Margem bruta	[B]-Margem utilizável	Unid.: 1€	
			Variação da margem utilizável	
			[C]-Variação	% = [1-(B/A)]x100
Margens apuradas de acordo com os critérios SIAL/SISAL				
Margem em 01/01/2025 (*)	36 464 312	14 585 725	n.a.	n.a.
Margem em 30/06/2025 (Conforme SIAL/SISAL)	35 133 779	13 255 191	-1 330 533	-9,12%

(*) - Para o ano de 2025 o OE2025 prevê que a margem utilizável seja de 40% da margem absoluta, em vez dos habituais 20%.

Dívida bruta total

	[A]-Limite para 2024	[B]-Dívida bruta município 30/06/2024	[C]-Dívida bruta participadas 30/06/2024	Unid.: 1€	
				[D]=[A-B-C]=Margem absoluta	
				Valor	% = [1-(D/A)]x100
Dívida bruta (apurado de forma idêntica SIAL)	43 302 746	12 994 639	437 893	29 870 215	68,98%

Margem disponível

	[A]-Margem bruta	[B]-Margem utilizável	Unid.: 1€	
			Variação da margem utilizável	
			[C]-Variação	% = [1-(B/A)]x100
Margens apuradas de acordo com os critérios SIAL/SISAL				
Margem em 01/01/2024 (*)	29 534 260	11 813 704	n.a.	n.a.
Margem em 30/06/2024 (Conforme SIAL/SISAL)	29 870 215	12 149 059	335 855	2,84%

(*) - Para o ano de 2024 o OE2024 prevê que a margem utilizável seja de 40% da margem absoluta, em vez dos habituais 20%.

Em 30 de junho a margem para o limite da dívida era de 35 134 milhares de euros, tendo aumentado 17,62% face ao período homólogo de 2024.

No 1º semestre o Município de Tomar diminuiu a margem bruta em 1 331 milhares de euros, (no início do período a margem bruta era de 36 464 milhares de euros passando para 35 134 milhares euros em 30 de junho). A margem utilizável desceu de 14 586 milhares de euros para 13 255 milhares de euros.

Relativamente às entidades participadas que contribuem, ou possam contribuir, com valores expressivos para a dívida bruta, com referência a 30/06/2024, é de referir:

- Tejo Ambiente
 - Em 30/06/2025 apresentou um RAI positivo de +291 milhares de euros, pelo que se encontra com resultados equilibrados segundo o definido pela Lei n.º 50/2012 e a sua dívida bruta não está a contribuir para a dívida bruta total do Município;
 - **Relativamente a 30/06/2024 não estavam disponíveis dados quando da preparação do relatório** (atendendo a que a entidade tinha vindo a apresentar RAI positivos nos últimos reportes, não foi incluída a sua contribuição). Tal tendência confirmar-se-ia, pois, a entidade reportou, com efeito a 30/06/2024 um RAI positivo de +119 milhares de euros.
- RSTJ
 - Em 30/06/2025 apresenta RAI positivo de +739 milhares de euros, pelo que se encontra com resultados equilibrados segundo o definido pela Lei n.º 50/2012 e a sua dívida bruta não está a contribuir para a dívida bruta total do Município;
 - Relativamente a 30/06/2024 apresentava RAI positivo de +181 milhares de euros, pelo que se encontrava com resultados equilibrados segundo o definido pela Lei n.º 50/2012 e a sua dívida bruta não está a contribuir para a dívida bruta total do Município;
- EPT

Sem dados disponíveis em ambos os períodos. Por prudência, em 30/06/2025, e atendendo a que em 31/12/2024 a entidade apresentou RAI negativo, foram somados à contribuição para a dívida bruta os últimos dados disponíveis. No relatório de 30/06/2024, como em 31/12/2023 a entidade tinha apresentado RAI positivo, não havia sido somada qualquer contribuição.

4. Conclusões e considerações finais

Face a estes valores, o Município de Tomar, tendo em conta a especificidade da sua atividade, regista neste semestre um desempenho:

- Em termos de resultado líquido, o mesmo apresenta-se com desempenho similar face ao verificado no período homologado anterior, com as devidas ressalvas para as situações e variações referidas ao longo do presente relatório. Em termos de situação do balanço, a entidade continua a apresentar capacidade para fazer face aos seus compromissos, sendo de referir que parte das disponibilidades estão consignadas a determinadas despesas;
- Em termos orçamentais a entidade apresenta comportamentos mistos, registando subidas nas componentes correntes (receita e despesa) e descidas nas componentes de capital (receita e despesa), prevendo-se que as componentes de capital venham a atingir uma execução baixa a moderada no final de 2025. De referir que neste 1.º semestre foi possível a integração/utilização de saldo de gerência, situação que não se verificava em 30/06/2024.

De referir a diminuição da dependência do Estado Central, em termos de receitas efetivamente cobradas (55,6% em 30 junho 2025 contra 68,0% no período homologado anterior), fundamentalmente explicada por ter sido possível a integração, no 1.º semestre de 2025 de saldo de gerência de 3,54 milhões de euros, situação que não havia sido possível em 30/06/2024.

Entroncamento, 22 de janeiro de 2026

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda.

Representada por



José de Jesus Gonçalves Mendes
(ROC nº 833; CMVM nº 20160459)

5. Anexos

Anexo I – Balanço analítico (modelo baseado no oficial)

Balanço analítico em:		30/jun/25		31/12/2024		1. Unidade Monetária: €	
Rúbricas		30/06/2025		31/12/2024		VARIAÇÃO	
		Valor	%	Valor	%	6/2025 vs 12/2024	%
ATIVO							
Ativo não corrente							
Ativos fixos tangíveis		115 957 991,77	79,9%	115 836 778,54	81,7%	321 213,23	0,3%
Propriedades de investimento		4 804 660,06	3,3%	5 070 416,42	3,6%	-265 756,36	-5,2%
Ativos intangíveis		591 764,20	0,4%	521 149,68	0,4%	70 614,52	13,5%
Ativos biológicos							
Participações financeiras		0 411 030,19	5,6%	8 270 130,00	5,8%	140 926,19	1,7%
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis							
Acionistas/sócios/associados							
Diferimentos							
Outros ativos financeiros							
Ativos por impostos diferidos							
Clientes, contribuintes e utentes							
Outras contas a receber		332,38	0,0%	332,38	0,0%	0,00	0,0%
		129 765 804,60	89,5%	129 498 807,02	91,5%	266 997,58	0,2%
Ativo corrente							
Inventários		200 591,21	0,1%	224 513,80	0,2%	-23 922,59	-10,7%
Ativos biológicos							
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		1 000,00	0,0%			1 000,00	100,0%
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis							
Clientes, contribuintes e utentes		442 016,08	0,3%	423 784,84	0,3%	18 231,24	4,3%
Estado e outros entes públicos		56 025,17	0,0%	59 031,89	0,0%	-3 006,72	-5,1%
Acionistas/sócios/associados							
Outras contas a receber		8 455 747,49	5,6%	7 147 785,06	5,1%	1 307 962,43	16,3%
Diferimentos		88 327,64	0,1%	85 592,30	0,1%	2 735,34	3,2%
Ativos financeiros detidos para negociação							
Outros ativos financeiros							
Ativos não correntes detidos para venda							
Caixa e depósitos		6 032 112,85	4,2%	4 014 483,99	2,8%	2 017 628,86	50,3%
		15 275 820,44	10,5%	11 955 191,88	8,5%	3 320 628,56	27,8%
Total do Ativo		145 041 625,04	100,0%	141 453 998,90	100,0%	3 587 626,14	2,5%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO							
Património/Capital		34 373 180,32	23,7%	34 373 180,32	24,3%	0,00	0,0%
Ações (quotas) próprias							
Outros instrumentos de capital próprio							
Prémios de emissão							
Reservas		1 345 986,60	0,9%	1 345 986,60	1,0%	0,00	0,0%
Resultados transferidos		33 589 130,30	23,2%	31 036 288,32	21,9%	2 552 841,98	8,2%
Ajustamentos em ativos financeiros		4 556 484,76	3,1%	4 556 484,76	3,2%	0,00	0,0%
Excedentes de reavaliação							
Outras variações no Património Líquido		40 449 716,39	27,9%	40 502 957,57	28,6%	-53 241,18	-0,1%
		114 314 478,37	78,8%	111 814 677,57	79,0%	2 499 800,80	2,2%
Resultado líquido do período		1 545 178,67	1,1%	2 552 841,98	1,8%	-1 006 663,31	-39,4%
Dividendos antecipados							
Interesses que não controlam							
Total do Património Líquido		115 860 657,24	79,9%	114 367 719,55	80,9%	1 492 937,69	1,3%
Passivo							
Passivo não corrente							
Provisões		101 415,40	0,1%	310 013,40	0,1%	17 600,00	-0,2%
Financiamentos obtidos		3 945 389,02	2,7%	4 046 122,12	2,9%	-100 733,10	-2,5%
Fornecedores de investimentos		891 488,48	0,6%	1 193 722,27	0,8%	-302 233,79	-25,3%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego							
Diferimentos		13 682 248,40	9,4%	13 389 338,40	9,5%	292 910,00	2,2%
Passivos por impostos diferidos							
Fornecedores		439 240,78	0,3%	586 152,81	0,4%	-146 912,03	-25,3%
Outras contas a pagar		105 833,21	0,1%	165 863,21	0,1%	-60 030,00	-9,7%
		19 257 833,36	13,3%	19 534 102,30	13,8%	-276 268,92	-1,4%
Passivo corrente							
Créditos por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		7 625,67	0,0%	20 981,32	0,0%	-12 945,45	-61,4%
Fornecedores		2 594 368,86	1,8%	1 993 537,46	1,4%	600 831,40	30,1%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes							
Estado e outros entes públicos		342 335,29	0,2%	160 302,48	0,1%	182 032,81	113,0%
Acionistas/sócios/associados							
Financiamentos obtidos		551 091,92	0,4%	593 704,78	0,4%	-12 612,86	-2,2%
Fornecedores de investimentos		1 988 657,96	1,4%	1 078 161,98	0,8%	910 495,98	84,4%
Outras contas a pagar		1 886 093,39	1,3%	2 164 800,83	1,5%	-278 707,44	-14,8%
Diferimentos		552 892,24	0,4%	554 098,50	0,4%	-1 196,26	-0,2%
Passivos financeiros detidos para negociação							
Outros passivos financeiros							
		9 923 334,42	6,8%	7 352 177,05	5,3%	2 571 157,37	31,4%
Total do Passivo		29 180 967,80	20,1%	27 086 279,35	19,1%	2 094 688,45	7,7%
Total do capital próprio e do Passivo		145 041 625,04	100,0%	141 453 998,90	100,0%	3 587 626,14	2,5%

Nota: - Procedeu-se ao ajuste entre verbas correntes e não correntes de financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar (sem impacto líquido no total)

Anexo II – Demonstração resultados Jun/2025 vs Jun/2024

(modelo próprio, adaptado do oficial)

Período findo em: 30/jun/25

Rendimentos e Gastos	30/06/2025		30/06/2024	
	Valor	%	Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	5 117 745,44	25,1%	4 719 110,78	25,4%
Vendas	13 716,61	0,1%	18 920,59	0,1%
Prestações de serviços e concessões	1 162 505,23	5,7%	849 081,72	4,6%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	140 926,19	0,7%	14 316,90	0,1%
Transferências e subsídios correntes obtidos	11 271 715,63	55,3%	10 001 198,62	53,9%
Variação nos inventários da produção				
Trabalhos para a própria entidade				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-414 904,58	-2,0%	-434 974,88	-2,3%
Fornecimentos e serviços externos	-4 723 341,40	-23,2%	-3 754 577,32	-20,2%
Gastos com o pessoal	-7 465 872,74	-36,6%	-6 899 587,88	-37,2%
Transferências e subsídios concedidos	-2 377 388,19	-11,7%	-2 167 237,51	-11,7%
Prestações sociais				
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)				
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)				
Provisões (aumentos/reduções)				
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)				
Aumentos/reduções de justo valor				
Outros rendimentos	2 670 274,73	13,1%	2 950 848,46	15,9%
Outros gastos	-201 437,95	-1,0%	-265 338,16	-1,4%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento	5 193 938,97	25,5%	5 031 761,32	27,1%
Gastos/reversões de depreciações e amortização	-3 528 644,49	-17,3%	-3 381 537,26	-18,2%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)				
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	1 665 294,48	8,2%	1 650 224,06	8,9%
Juros e rendimentos similares obtidos	2 532,93	0,0%	3 879,17	0,0%
Juros e gastos similares suportados	-121 648,54	-0,6%	-132 719,14	-0,7%
Resultados antes de impostos	1 546 178,87	7,6%	1 521 384,09	8,2%
Imposto sobre o rendimento				
Resultado líquido do período	1 546 178,87	7,6%	1 521 384,09	8,2%

Anexos III – Execução Orçamental Detalhada

Execução orçamental

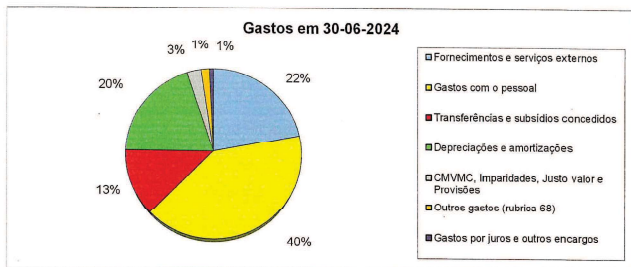
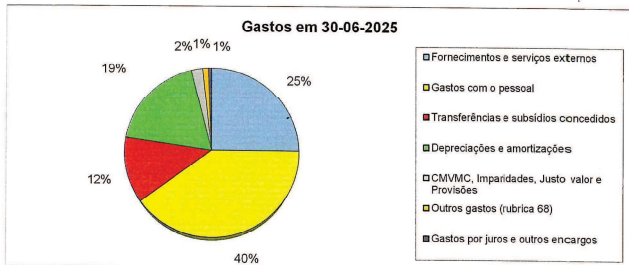
Junho 2025

	Previsão/Dotação corrigida do período (1)	Receita por cobrar /Despesa por pagar per. anteriores (2)	Compromissos (3)	Cobrança /Pag liquida per. anteriores (4)	Cobrança /Pag liquida do período (5)	Compromissos totais por pagar (6)	Grau exec. períodos anteriores (7/1x100)	Grau exec. período (5/1x100)	Grau exec. Total (6+5/1x100)
Receitas correntes									
Imposto municipal sobre imóveis	3 682 910,00	0,00		0,00	1 435 113,31		0,00%	38,97%	38,97%
Imposto único de circulação	1 152 221,00	0,00		0,00	669 414,78		0,00%	58,10%	58,10%
Imposto municipal sobre transacções imobiliárias	2 945 921,00	0,00		0,00	1 902 831,27		0,00%	74,76%	74,76%
Outras receitas correntes	897 700,00	0,00		0,00	91 036,12		0,00%	10,14%	10,14%
Fundo de equilíbrio financeiro	10 294 631,00	0,00		0,00	5090 147,00		0,00%	49,44%	49,44%
Fundo social municipal	983 979,00	0,00		0,00	494 988,00		0,00%	50,00%	50,00%
Participação financeira no IRS	1 728 271,00	0,00		0,00	864 132,00		0,00%	50,00%	50,00%
Outras transferências do Estado (incluindo Art. 35.º da Lei 73/2013)	8 486 961,00	0,00		0,00	4011 322,28		0,00%	47,26%	47,26%
Taxas, multas e penalidades (exceto lotes e obras)	512 800,00	185 113,89		11 001,11	171 924,50		5,84%	32,27%	25,48%
Serviços e fundos autônomos	191 931,00	462,50		0,00	44 077,71		0,00%	23,57%	23,57%
Lotamentos e obras (Taxas multas e out. penalidades)	660 400,00	248 091,02		343,15	155 852,81		0,14%	23,60%	23,60%
Venda de bens e serviços correntes	2 687 780,00	1 073 122,90		33 127,68	726 321,08		3,09%	27,02%	20,19%
Rendimentos da propriedade	1 307 967,73	363,58		237,50	827 334,00		63,32%	63,28%	63,28%
Outras receitas correntes	1 476 549,00	272 605,64		0,00	175 270,34		0,00%	11,86%	10,01%
Total receitas correntes	36 638 881,73	1 779 759,53		44 709,44	16 656 667,51		2,51%	45,47%	43,48%
Despesas correntes									
Despesas com o pessoal	17 133 120,00	172 353,29	12 036 904,75	171 726,13	7093 277,87	4 993 426,88	99,69%	41,40%	41,98%
Despesas com o pessoal	11 043 222,00	789 221,43	8 781 188,20	752 034,42	3 932 466,73	5 255 727,07	94,89%	31,32%	36,14%
Transferências correntes	4 056 145,00	48 042,78	2 806 551,65	48 042,78	1 431 343,63	1 375 209,02	100,00%	35,29%	36,05%
Juros e outros encargos	525 827,00	179,09	497 192,17	0,00	211 706,10	283 486,07	0,00%	40,64%	40,61%
Outras	624 029,00	6 580,28	556 940,26	6 569,14	230 473,19	324 467,07	99,83%	38,16%	38,82%
Total despesas correntes	33 863 346,00	1 002 376,47	24 678 783,83	579 032,49	12 494 266,52	12 184 516,51	95,96%	37,45%	39,15%
Saldo corrente	3 265 535,73				3 228 077,04				
Receitas de capital									
Venda de bens de investimento	302 800,00	261 725,21		0,00	201 000,00		0,00%	66,38%	35,61%
Esta do particip com. proj. co-financiados	13 028 054,88	0,00		0,00	832 655,76		0,00%	6,39%	6,39%
Art. 16.º da Lei 73/2013	1 994 422,00	0,00		0,00	997 205,00		0,00%	50,00%	50,00%
Fundo de equilíbrio financeiro	1 143 853,00	0,00		0,00	285 951,00		0,00%	25,00%	25,00%
Passivos financeiros	3 102 000,00	0,00		0,00	162 200,00		0,00%	5,23%	5,23%
Outras	397 600,00	0,00		0,00	141 099,69		0,00%	35,49%	35,49%
Total receitas de capital	19 968 729,88	261 725,21		0,00	2 620 124,34		0,00%	13,12%	12,95%
Despesas de capital									
Aquisição de bens de capital									
Investimentos	25 025 742,74	481 717,01	16 909 210,16	481 717,01	7 809 167,91	1 4 061 382,38	87,73%	31,44%	32,34%
Transferências de capital	1 286 195,00	0,00	316 653,27	0,00	318 968,48	207 684,29	0,00%	24,82%	24,82%
Passivos financeiros	406 000,00	0,00	405 514,36	0,00	196 880,62	208 633,71	0,00%	48,94%	48,94%
Outras despesas de capital	60 300,00	0,00	0,00	0,00	50 000,00	-50 000,00	0,00%	82,92%	82,92%
Total despesas de capital	26 778 237,74	481 717,01	17 082 577,89	480 666,79	8 405 000,91	1 4 447 370,98	97,73%	32,83%	34,86%
Saldo capital	-6 809 507,86				-1 284 948,31				
Previsões para amortização dos pagamentos	1 000,00				29 260,75		s.s.	2926,08%	2926,08%
Saldo da gestão anterior	3 542 972,15				3 542 972,15		s.s.	100,00%	100,00%
Saldo execução orçamental	0,00				1 505 361,53				

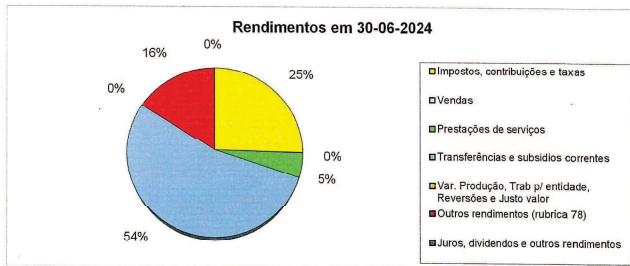
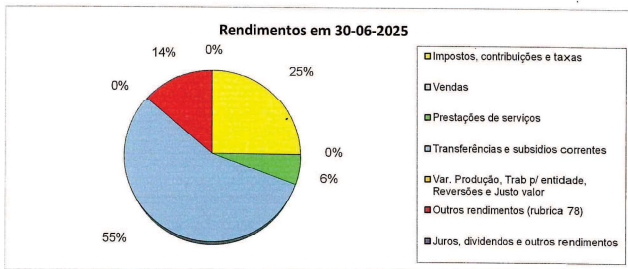
Execução orçamental
Junho 2024

	Receitas/Despesa contidas do período	Receita por cobrar /Despesa por pagar per. anteriores	Compromissos	Cobrança /Paga líquida per. anteriores	Cobrança /Paga líquida do período	Compromissos totais por pagar	Grau exec. períodos anteriores	Grau exec. período	Grau exec. Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(6/2x100)	(5/1x100)	(10+5)/(1+2)x100
Receitas correntes									
Imposto municipal sobre imóveis	3 655 000,00				2 016 127,46		0,00%	55,71%	55,71%
Imposto único de circulação	1 092 000,00				628 131,38		0,00%	57,52%	57,52%
Imposto municipal sobre transm. energias elétricas	2 127 000,00				1 446 132,17		0,00%	67,94%	67,94%
Demana	716 000,00				148 321,05		0,00%	20,72%	20,72%
Fundo de equilíbrio financeiro	9 838 574,00				4 949 286,00		0,00%	50,00%	50,00%
Fundo social municipal	872 700,00				436 350,00		0,00%	50,00%	50,00%
Participação fixa no IRS	1 613 852,00				806 922,90		0,00%	50,00%	50,00%
Outras transferências do Estado (inclui Art 35 Lei 73/2013)	7 832 841,00				3 806 686,39		0,00%	48,60%	48,60%
Taxas, Multas e Penalidades (Excluído Lotamentos_outras)	1 022 300,00	30 799,14		16 473,39	160 130,62		0,00%	15,65%	16,70%
Serviços e fundos autárquicos	462 640,00	462,50		0,00	121 690,19		0,00%	27,49%	27,46%
Lotamentos e outras (Planos urbanísticos e outros parcelamentos)	897 000,00	247 741,40		14,00	179 280,00		0,00%	19,68%	15,42%
Venda de bens e serviços correntes	4 507 055,00	1 038 093,47		31 973,45	677 977,30		0,00%	15,04%	12,80%
Rendimentos da propriedade	3 556 000,00	504 852,23		75,00	815 495,74		0,01%	22,93%	20,08%
Outras receitas correntes	3 191 528,00	270 289,89		192,15	88 864,45		0,07%	2,78%	2,73%
Total receitas correntes	41 425 286,00	2 082 218,99		48 713,99	16 297 697,01		2,33%	39,34%	37,56%
Despesas correntes									
Despesas com o pessoal	16 159 295,00	167 006,01	11 077 640,85	166 880,86	6 593 564,96	4 484 075,81	99,93%	40,80%	41,41%
Aquisição de bens e serviços	11 760 575,00	1 126 641,44	8 991 033,70	1 057 176,49	1 067 854,43	5 913 175,24	97,21%	26,09%	32,81%
Transferências correntes	4 703 912,00	103 077,61	3 377 826,68	109 077,61	1 449 290,41	1 528 556,23	100,00%	39,51%	40,62%
Juros e outros encargos	596 300,00	21 835,20	569 957,37	21 656,11	250 804,39	319 152,84	99,18%	42,06%	44,08%
Outras	627 341,00	15 158,65	330 546,17	8 693,51	158 510,14	172 076,01	57,35%	25,27%	26,02%
Total despesas correntes	33 497 423,00	1 489 741,91	24 947 044,77	1 397 404,79	11 920 026,34	12 417 016,41	97,34%	35,22%	37,74%
Saldo corrente	7 577 867,00				9 028 897,88				
Receitas de capital									
Venda de bens de investimento	585 130,00	261 908,44		0,00	27 043,16		0,00%	4,62%	1,19%
Estado-particip.com. proj. co-financiadas	6 680 512,00				2 230 817,67		0,00%	33,39%	33,39%
Art 35 Lei 73/2013	1 272 506,00				636 747,00		0,00%	50,00%	50,00%
Fundo de equilíbrio financeiro	1 099 841,00				549 918,00		0,00%	50,00%	50,00%
Passivos financeiros	3 000,00				0,00		0,00%	0,00%	0,00%
Outras	743 000,00	0,00		0,00	139 016,89		0,00%	18,71%	18,71%
Total receitas capital	10 383 989,00	261 908,44		0,00	9 569 052,72		0,00%	34,51%	34,60%
Despesas capital									
Aquisição de bens de capital									
Investimentos	16 129 201,00	1 649 204,46	10 531 304,80	1 638 159,22	2 569 647,42	7 961 637,34	99,93%	15,93%	23,67%
Transferências de capital	1 287 876,00	48 932,99	891 043,81	48 842,99	207 375,85	483 687,96	100,00%	14,94%	17,80%
Passivos financeiros	470 200,00	0,00	458 024,62	0,00	216 234,68	252 389,94	0,00%	46,00%	46,00%
Outras despesas de capital	40 400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Total despesas capital	18 027 577,00	1 697 537,42	11 680 993,23	1 686 492,18	2 993 257,95	8 697 735,28	98,95%	16,60%	29,73%
Saldo capital	-7 643 588,00				-1 096 697,61				
Reposições não abatidas nos pagamentos	65 721,00				1 398,33		s.s.	2,13%	2,13%
Saldo de gestão anterior	0,00				0,00		s.s.	0,00%	0,00%
Saldo execução orçamental	0,00				1 933 598,80				

Anexo IV



Anexo V



Anexo VI

Indicadores	30-06-2025	31-12-2024
Financeiros		
1.1.Fundo de maneo	5 352 486,02 €	4 403 014,83 €
1.2.Liquidez geral	1,539	1,583
1.3.Capacidade de endividamento (a)	0,857	0,854
1.4.Solvabilidade	3,970	4,222
Economicos		
2.1.Rentab. activo total	1,97%	3,15%
2.2.Rentab. cap. próprios	2,67%	4,46%
Funcionamento		
3.1.Prazo médio recebimentos	12,82	6,44

Outros	30-06-2025	30-06-2024
4.1.VAB	12 861 249,66 €	12 172 374,76 €
4.2.Produtividade trabalho	20 064,35 €	19 413,68 €
4.3.Produtividade equipam.	11,09%	9,89%
4.4.Autofinanciamento bruto	5 074 823,36 €	4 902 921,35 €
4.5.Meios libertos totais	5 196 471,90 €	5 035 640,49 €
4.6.Prazo médio pagamentos (DGAL)	48	122

(a) - Os valores indicados são meramente indicativos, pois trata-se apenas de um rácio, e não do limite legal de endividamento do município.